

## ROM report

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| <i>Type of ROM review</i>   | <b>Projects and Programmes</b>  |
| <i>Project title</i>        | <b>Baixada para Acimal: Promoção e implementação de atividades para o exercício de cidadania e o acesso aos serviços sociais básicos de adolescentes e jovens nos Municípios da Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro - Brasil</b> |
| <i>Project reference</i>    | <b>C-337798</b>   |
| <i>Delegation in charge</i> | <b>Brazil</b>   |
| <i>Status</i>               | <b>Draft</b>  |
| <i>Report date</i>          | <b>16/11/2016</b>   |

| Project - Key Information               |   |
|---|---|
| <b>Domain (instrument)</b>              | CSO-LA - Civil Society organisations and Local authorities  |
| <b>DAC Sector</b>                       | 15150 - Democratic participation and civil society  |
| <b>Zone Benefitting from the Action</b> | Brazil  |
| <b>Action Location</b>                  | Brasil Região da Baixada Fluminense: Municípios de São João de Meriti, Belford-Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Paracambi, Itaguaí, Seropédica, Magé e Guapimirim. |
| <b>Type of Project/Programme</b>        | Thematic  |
| <b>Geographic Implementation</b>        | Single-country  |
| <b>Entity in Charge</b>                 | DEVCO G   |
| <b>OM in Charge</b>                     | CARVALHO CRISTINA   |
| <b>Contracting Party</b>                | COMITATO INTERNAZIONALE PER LO SVILUPPO DEI POPOLI ASSOCIAZIONE   |

| Project - Financial data on 06/10/2016 |             |                             |            |
|--|-------------|-----------------------------|------------|
| <b>Total budget</b>                    | 1,333,574 € |                             |            |
| <b>EU contribution</b>                 | 1,000,000 € |                             |            |
| <b>Paid Amount</b>                     | 298,449 €   | <b>Date of last payment</b> | 31/05/2016 |

| Project - Dates                            |                   |            |                 |            |
|--|-------------------|------------|-----------------|------------|
| <b>Contractor Signature Date</b>           | 18/12/2014        |            |                 |            |
| <b>Activities</b>                          | <b>Start Date</b> | 01/02/2015 | <b>End Date</b> | 31/01/2018 |
| <b>Final Date for Implementation (FDI)</b> | 31/01/2020        |            |                 |            |

| ROM review - Key information |                   |            |                 |            |
|------------------------------|-------------------|------------|-----------------|------------|
| <b>Reason for ROM review</b> | Not visited       |            |                 |            |
| <b>ROM expert(s) name(s)</b> | VIVAR Jorge       |            |                 |            |
| <b>Field phase</b>           | <b>Start Date</b> | 24/10/2016 | <b>End Date</b> | 01/11/2016 |

## Project Synopsis

### Context

A ação está situada na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, na fronteira sul com a cidade do Rio de Janeiro, e ao norte com a Serra dos Órgãos. Esta área é mais conhecida por seus problemas socioeconômicos exemplificados por seu alto nível de criminalidade. Das 368 pessoas assassinadas no estado do Rio de Janeiro no mês de julho de 2016, quase um terço (29%) ou 106, foram mortas na Baixada Fluminense. Os municípios da área, em conjunto, têm mais de 9% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza, o que significa uma renda per capita mensal das famílias inferior a R\$140 (reais) ou €38 euros.

Os 13 municípios beneficiários são: Belford Roxo, Duque Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica. Os beneficiários finais, foco do projeto, são 2080 jovens e adolescentes do sistema escolar público de ensino médio. Entre os grupos alvo da sociedade civil se encontram 13 organizações da sociedade civil, 39 professoras/es, 13 comunidades escolares, 13 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e 39 Servidores Públicos de Secretarias de Assistência Social, Educação, Cultura. Os sócios requerentes são o Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli (CESP) e a organização Se Essa Rua Fosse Minha (SER).

### Description of the Intervention Logic

A lógica da intervenção está apresentada no seguinte formato:

O objetivo geral do projeto é contribuir para o exercício pleno da cidadania para os setores em situação de particular vulnerabilidade cultural, econômica e social no interior do Estado de Rio de Janeiro. Os indicadores a este nível são: 1) 90% das comunidades educativas focalizadas pelo projeto participam ativamente nas atividades de articulação e cooperação com as entidades municipais; 2) Estabelecidas modalidades de articulação efetiva entre as comunidades educativas focalizadas, os CRAS e CRAES e as entidades municipais pela inserção dos jovens nos programas sociais.

O objetivo específico do projeto é aumentar a inserção e a participação ativa de adolescentes e jovens moradores da Baixada Fluminense nos Programas de Assistência Social municipais, estaduais e federais. Os indicadores a este nível são: 1) Aumento de pelo menos um 10% da porcentagem dos jovens das áreas geográficas de intervenção do projeto que integraram os programas municipais, estaduais e federais; 2) Pelo menos o 70% dos alunos envolvidos nas atividades culturais e sociais participa ativamente com uma assistência de 90%.

O projeto tem três resultados esperados com seus respectivos indicadores que são:

R1: OSC e entidades governamentais têm à disposição uma ferramenta partilhada para a elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em colaboração com o setor privado: 1.1- 3 Representantes do Governo Federal, Estadual do RJ e dos Municípios, em conjunto a Representantes da OSC e do Setor Privado, conformam o Conselho Regional de Acompanhamento das Atividades do Observatório Social Intermunicipal. 1.2- 13 Municípios dispõem de Relatórios executivos de Análise e Cruzamento de Dados entre os programas sociais implementados e as demandas de acesso aos serviços básicos, suportado por uma avaliação da eficácia. 1.3 - 13 Municípios dispõem de uma Base de Dados para Georreferenciamento e Mapas sobre as temáticas pesquisadas.

R2: Adolescentes e jovens que se encontram em situações de particular vulnerabilidade conhecem, valoram e sabem como exercer os direitos de cidadania (educação, saúde, trabalho): 2.1- 2.080 alunos se apoderam e divulgam em seu ambiente escolar, familiar e de vizinhança, os distintos programas governamentais. 2.2 - 2.080 adolescentes e jovens acedem pontualmente e exigem serviços públicos de qualidade aos quais tem direito. 2.3 - Aumentada (entre 10 e 20%) a porcentagem de adolescentes e jovens que acedem aos programas socioeducativos dos Governos Federal e Estadual do Rio de Janeiro.

R3: As Administrações Municipais institucionalizam práticas e modalidades operativas que facilitam o acesso das famílias culturalmente, economicamente e socialmente marginalizadas da Baixada Fluminense, ao Sistema Municipal, Estadual e Federal de Assistência Social: 3.1 Elaboraões/Realizações de 04 iniciativas socioculturais conjuntas entre municípios. 3.2) 08 Escolas adotam a Semanas da Cidadania dentro do seu programa didático. 3.3) Aumentos (entre 5 e 10%) de fundos estaduais e federais que os municípios logram obter para implementar programas e iniciativas municipais de assistência integral e especializada. 3.4) Maiores coberturas (aumento estimado entre um 5 e 15%) no atendimento do sistema de Proteção Social Básica e Especial. 3.5) Declaração de Compromisso Conjunto (Autoridades locais, OSC, Setor privado) sobre a difusão, continuidade e sustentabilidade da promoção, divulgação e exercício dos direitos humanos. 3.6) Pelo menos uma proposta de política/ protocolos/normativas para facilitar o acesso e assegurar a permanência dos jovens nos programas educativos e de inserção laboral elaborada nos seminários entre comunidade educativa e autoridades municipais é aprovada por uma entidade governamental.

## Findings

### 1. Relevance

A um ano e meio do início do projeto as circunstâncias econômicas no Brasil mudaram negativamente de uma maneira que não se antecipou quando foi concebido o projeto. Isto o fez ainda mais pertinente já que responde a um setor desfavorecido por condições geralmente adversas como altas taxas de crime e violência, de baixa escolaridade, gestações precoces, etc., que fazem que a Baixada Fluminense (13 municípios), situada nos arredores do Rio de Janeiro e parte da área metropolitana da cidade, seja considerada uma área de alta vulnerabilidade social. Por exemplo, o município de Nova Iguaçu, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com uma população de 796.000 habitantes, tem 106.000 pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza com uma renda domiciliar per capita inferior a R\$140 (€38). A mesma fonte estimou que 20% das crianças com idade para cursar o ensino fundamental estavam fora das escolas de Nova Iguaçu. A situação social agudizou-se ainda mais visto que o estado do Rio de Janeiro esta atravessando uma crise econômica que forçou o fechamento de programas de assistência social como o Programa de Transferência de Renda Estadual- Renda e o Programa de Transferência de Renda Estadual- Renda Melhor. O Programa de Aluguel Social terminará em junho de 2017. Isto impacta particularmente aos lares com menos ingressos econômicos. Além disso, o governo federal também reduziu seu aporte aos orçamentos municipais o que fez aumentar a pressão nas prefeituras para usar seus reduzidos recursos ainda mais eficientemente. Isto está exemplificado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 que determina um congelamento de gastos públicos pelos próximos 20 anos.

O projeto é adequado para as necessidades dos habitantes da área. A estratégia do projeto é ampliar o acesso a programas sociais. Este se destina a fazer através de um melhor conhecimento a nível institucional sobre as necessidades dos habitantes da região, e os problemas dos jovens e suas famílias. O Observatório Social Intermunicipal (OSI) é proposto como uma das principais ferramentas para este fim. Além disso, conscientizar os jovens dos municípios de seus direitos como cidadãos e dos seus direitos (incluindo as suas famílias) da acessibilidade aos programas de assistência social que em muitos casos não sejam do conhecimento para uma grande parte da população. Portanto, eles não se beneficiam deles, mas poderia aumentar os rendimentos das pessoas / famílias mais vulneráveis.

A força do projeto é que: a) é projetado com a participação de todas as partes interessadas, incluindo membros da sociedade civil (atores não estaduais) e a todas as autoridades locais na Baixada Fluminense; b) conta com uma coerência prática de conscientizar os jovens para divulgar os direitos de acesso aos serviços sociais para as populações mais vulneráveis; e d) preenche, assim, um espaço que as autoridades locais não podem satisfazer, enquanto eles estão sendo capacitados para minimizar esta carência no futuro.

A lógica da intervenção do projeto é clara e consistente com objetivos que se pretende alcançar. As atividades são consequentes e seguem uma ordem cronológica refletida no plano de trabalho do projeto. Os indicadores correspondem a seus respectivos resultados dos quais 1 (R1) esta focado no estabelecimento de um novo organismo (OSI) e a coleta de dados para alimentar este órgão e aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS – instituição sob a coordenação das secretarias municipais de desenvolvimento e assistência social). O R2 se baseia na conscientização de direitos humanos e de cidadania de jovens em territórios mais vulneráveis, e aborda a falta de conhecimento que existe entre a juventude sobre seus direitos como cidadão. Por ultimo, o R3 também enfrenta outro déficit de conhecimentos das autoridades municipais sobre as praticas e modalidades operativas que permitiriam incrementar o rendimento de famílias marginalizadas ao sistema de assistência social. Em outras palavras, que têm direito porém, não recebem a ajuda que seus direitos lhes garantem. Os indicadores são adequados para medir os resultados e estão lastreados em experiências previas dos requerentes na área geográfica, o que lhes da credibilidade, enquanto são dados viáveis os recursos com os que conta o projeto. Os indicadores de R3, especificamente os que se referem a aumentos entre 5 e 10% de fundos estaduais e federais que os municípios receberiam (3.3) e, sobre maiores coberturas, com aumento estimado entre 5 e 15%, no atendimento do sistema de Proteção Social Básica e Especial (3.4), não são resultados que estão sob o controle do projeto nem que, ainda que se pudesse medir uma mudança a este nível, se poderia adjudicar somente à ação. Enquanto áreas importantes dentro dos sistemas de assistência social, o projeto poderia usar outras ferramentas que apontem para a qualidade e incremento de conhecimentos que são necessários para contribuir para geração de aumentos nestas áreas. Por ultimo, os indicadores não estão desagregados por sexo.

O alinhamento do projeto com as políticas do Brasil é aprovado pela Resolução no. 145, de 2004, da Política Nacional de Assistência Social, a resolução no. 130 de 2005, da Norma Operativa Básica e a Lei 12435 Sistema Único de Assistência social (SUAS), que estipulam os direitos de assistência aos cidadãos, baseadas na Lei Orgânica da Assistência social No. 8.724, de 1993.

A organização Se Essa Rua Fosse Minha (SER) tem uma trajetória de experiência tanto na área geográfica como com ações em setores vulneráveis. O Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli (CISP) também tem uma vasta experiência global no domínio da cooperação na luta contra a exclusão social. Desde 2012 trabalham em conjunto na Baixada Fluminense no projeto "Brasil Próximo" (2012-2015), com alguns dos interessados deste projeto, sendo um programa para a promoção da participação ativa dos jovens.

## 2. Efficiency

O projeto é eficiente no uso de seus recursos. Até a data, e com pouco mais da metade do tempo decorrido, ou 55% do tempo de execução, 65% das atividades foram realizadas com 41% dos fundos financeiros no montante de € 541.439 euros. O aporte dos requerentes, 25,1% do total ou € 135.901 se materializou sem problemas. Da mesma forma, o projeto recebeu durante o primeiro semestre de 2016 e o segundo desembolso pela Delegação da União Europeia (DUE), um total de € 900.000. Geralmente é considerado que os recursos correspondem aos requisitos para completar uma Ação.

Os recursos financeiros são administrados pelo CISP que relata a todos os interessados que os recursos para as atividades foram disponibilizados sem atrasos ou contratempos. O sistema participativo, protagonizado pelo CISP, pela Unidade de Gestão (UdG, nome oficial da equipe de gestão do projeto), promove a transparência e responsabilidade, graças a acordos de cooperação com todas as partes interessadas. Há reuniões semanais do UdG e há uma comunicação constante com os municípios, escolas e CRAS. CISP Internamente existe um mecanismo de acompanhamento que vai além da análise das atividades e centra-se sobre a evolução dos indicadores de desempenho. Há uma avaliação interna regular a partir de escritórios CISP em Buenos Aires, que visitam o projeto e avaliam os objetivos propostos contra os êxitos e progressos alcançados. Isto reflete em parte na boa qualidade do relatório anual que cobre todos os aspectos mais relevantes do projeto e serve como ferramenta de avaliação.

O projeto tem progredido principalmente de acordo com o Plano Operacional Anual (POA), apenas em algumas mudanças que anteciparam uma sessão de pesquisas em 2016 para não coincidirem com os jogos olímpicos e com o período eleitoral municipal. Com relação a este segundo evento, se evitou realizá-la durante o tempo da campanha política e no mês das eleições, para evitar que se pudessem interpretar as pesquisas e seu caráter de conscientização de benefícios de assistência social, como uma ferramenta política que a beneficiar qualquer candidato. Deste modo decidiu-se postergar as 3 sessões de pesquisas até o mês de dezembro de 2016. Além disso, e a fim de aumentar a eficiência dos recursos da ação, o projeto decidiu adiar, de acordo com os Ministérios da Assistência Social, Educação e Cultura, o curso sobre políticas públicas para Gestores Municipais e escritório de Articulação territorial. Isso permitirá treinar as pessoas para se deslocar de uma administração para outra, após as eleições, e, assim, expandir os benefícios, pelo menos até o próximo ciclo eleitoral.

As contribuições dos demais sócios se materializaram satisfatoriamente de acordo com UdG e contribuiu para que não haja atrasos no projeto. Por parte dos municípios e das CRAS estas se traduzem em tempo do pessoal/recursos humanos, que aproximadamente outorgam 20% de seu tempo laboral. Também por meio das CRAS tem-se acesso aos espaços físicos para as reuniões, capacitações e oficinas. As secretarias de assistência social também aportam recursos humanos e no caso da prefeitura de Queimados foi firmado um acordo no qual se comprometeram a proporcionar o espaço físico e pessoal para o funcionamento permanente do OSI. As organizações não governamentais (ONGs) locais (Casa de Cultura e Circo Baixada) encarregadas de mobilizar e treinar os jovens pesquisadores, por um período de um ano cada una, resultaram exitoso em suas tarefas e cumpriram com suas condições dos termos de referencia firmados pelos sócios e também pelo chefe de seção de desenvolvimento e cooperação da DUE.

A participação das escolas também foi chave para alcançar um numero importante de estudantes e levar a cabo em suas instalações as oficinas de dança, teatro, fotografia e vídeo, e circo social. Apesar da distância física entre os 13 municípios e o projeto, tem-se mantido um bom relacionamento com todos os parceiros, fator muito importante para o sucesso do projeto nos 13 municípios. Apesar de que faltam 6 municípios a assinar o acordo de cooperação, todos estes estão em tramite e não afetou a implementação das atividades ou compromisso com as suas responsabilidades.

### 3. Effectiveness

O progresso alcançado até hoje é uma série de acontecimentos positivos em seus produtos com qualidade adequada e com sinais de que o resto culminem dentro do período da ação e que se consiga atingir o objetivo específico. Entre eles destaca-se, o estabelecimento da OSI (R1), que é composto por membros representativos da sociedade civil, incluindo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ONGs, membros dos 13 municípios e 13 CRAS, além dos sócios requerentes do projeto. Este consórcio de diferentes entidades conta com diversos pontos de vista e conhecimentos para orientar e acompanhar as políticas públicas que afetam os habitantes mais desfavorecidos daquela área. Os regulamentos internos que foram desenvolvidos para orientar as práticas e princípios são uma garantia de qualidade mínima esperada dos processos operacionais e consequentes decisões que o OSI tomará.

Sob este resultado, foi realizado treinamento em metodologia participativa das CRAS identificadas como áreas mais vulneráveis, após a realização de um exercício para identificar onde as técnicas para realizar o trabalho com os jovens tenham sido transmitidos. Posteriormente, foi possível alcançar uma colaboração com o número esperado de jovens para realizar a pesquisa. 137 jovens foram credenciados depois de ter formação concluída para realizar pesquisas em um total de 2.887 domicílios em 7 municípios. Estas visitas domiciliares permitiu-lhes ter contato direto com as famílias em áreas identificadas como mais vulneráveis, e informá-los sobre os benefícios sociais a que podem recorrer além de coletar informações detalhadas sobre a situação social, econômica e de saúde no dia a dia dos habitantes. Os dados que estão sendo levantados permitirão oferecer a informação necessária para os municípios, as CRAS e o OSI, para poder tomar decisões mais acertadas na aplicação de recursos de assistência social. Já os resultados preliminares foram utilizados no seminário intermunicipal "A Baixada que Queremos" com a intenção de difundir a informação o mais rápido possível. Este primeiro evento em 2015 atraiu 142 funcionários dos governos municipais, estadual e federal, além de membros da sociedade civil que confirmaram a utilidade da informação que previamente não existia. Nova Iguaçu, Duque de Caixas e Belford Roxo receberam do projeto seus bancos de dados com a informação colada e os informes com análise da mesma.

As oficinas culturais (R2) têm-se revelado muito popular entre jovens estudantes (586 nos dois primeiros anos) onde as escolas estão ensinando. Os jovens mostram um interesse não só para as classes que recebem - um benefício que normalmente não tem disponível - mas também para aumentar o seu conhecimento de seus direitos como cidadãos. Este processo de empoderamento se torna visível com anedotas informais de eventos da vida diária onde os jovens afirmaram seus direitos, como utilização gratuita dos transportes, que às vezes são negados por empresas de ônibus privadas, mas que eles têm direito e que têm sido aplicados. Outros exemplos são abundantes, mas é notável observar que a questão dos direitos civis não é fácil de abordar com este grupo alvo, mas através das oficinas proporcionadas pelo projeto, é capaz de obter a atenção dos jovens para esta finalidade. Além disso, essas oficinas também fornecem oportunidade de recreação normalmente não disponível para os jovens, encoraja a não recorrer a atividades contraproducentes fora do horário escolar e fornece um espaço para incentivar um nível de civilidade que nas comunidades onde vivem normalmente não têm, e a partir do qual eles podem se beneficiar.

As oficinas de articulação, realizadas durante a "Semana da Cidadania", onde membros do CRAS, 19 professores e vários pais participaram, analisaram as demandas identificadas através das pesquisas já realizadas pelos jovens pesquisadores sobre os membros mais vulneráveis das comunidades a quem deram a conhecer os serviços de assistência pública disponíveis. Durante a "Semana da Cidadania", se articularam seminários, exposições e debates para conscientizar um número maior (840 alunos em 2015) de estudantes sobre os seus direitos. É um espaço onde membros do projeto aprenderam diretamente das necessidades e preocupações dos beneficiários finais. Isso proporciona um contexto mais direto com estatísticas e dados que foram acumulando-se nas pesquisas conduzidas. Cerca de 70% dos alunos matriculados nas escolas em Nova Iguaçu participaram do evento de 5 dias. Essas ações têm ajudado os jovens, especialmente aqueles que poderiam estar em situações mais vulneráveis, a conhecer e saber como exercer os seus direitos. Este resultado é mais ligado ao objetivo específico do projeto e um dos mais bem sucedidos.

É ainda prematuro obter uma medição do progresso em nível do indicador R3, já que se pretende, dentro deste componente do projeto, formalizar os processos e protocolos que aportam melhorias nos índices de acesso aos serviços sociais e serviços básicos, aos indivíduos e famílias mais vulneráveis. Nas oficinas com os gestores públicos, 2 sessões realizadas em 2015 (as próximas em 22-24 de novembro de 2016), desenvolveu-se um foco de institucionalização de um sistema que facilite esta inclusão. A adoção da Semana da Cidadania nos calendários acadêmicos de 8 escolas (3 já em trâmite e 5 em processo de entrega) é um indicador disto, visto que se busca que este exercício forme parte da plataforma acadêmica das escolas. Entretanto, outros indicadores que foram propostos para medir o êxito deste componente, não estão dentro do alcance do projeto já que se propõe ter uma incidência direta nos aumentos de recursos financeiros estaduais e federais (3.3) por parte dos municípios, e uma elevação nas coberturas (3.4) do atendimento do sistema de Proteção Social Básica, como efeito direto no projeto. Já que é um efeito desejado, o projeto pode-se concentrar, para medir sua eficácia, na qualidade dos processos de transferência de conhecimentos que vão permitir ajudar a ser parte destas metas.

Pelo que se observa, pode-se concluir que o projeto está contribuindo para seu objetivo específico visto que os jovens demonstram conhecimentos de seus direitos e interesse pela sua prática em seu cotidiano. Por outro lado o projeto está apoiando as medidas institucionais necessárias para que eles ajudem suas famílias e ampliar assim a cobertura de assistência social a que tem direito.

#### 4. Sustainability

A primeira característica do potencial de sustentabilidade do projeto é o alto nível de participação e de pertencimento de todos os interessados. Isto é particularmente mais evidente pelo interesse e entusiasmo dos beneficiários finais, jovens estudantes e jovens pesquisadores. Em parte isto é em resposta a oportuna pertinência do projeto que cobre uma área com escassos recursos econômicos; oportunidades laborais; violência social e doméstica; discriminação com habitantes afrodescendentes; altos níveis de gestações precoces assim como alto número de lares solo pai (mães solteiras), entre outros fatores não favoráveis.

A estratégia de sustentabilidade do projeto é evidenciada através do apoio ao fortalecimento das instituições governamentais (R3), a nível municipal, os CRAS e o estabelecimento do OSI, fornecendo as ferramentas para as pessoas indicadas para sustentar as ações do projeto no futuro. As capacidades dos funcionários tanto aspirantes como contratados são de bom nível, que complementadas com os conhecimentos e informação fornecidos pelo projeto, são propícias a seguir oferecendo ajuda aos beneficiários finais e suas famílias. É positiva a observação de que, a maioria dos funcionários dos CRAS, são aspirantes o que garante continuidade já que seus postos laborais são fixos e não correm risco de ser eliminados pelas mudanças orçamentárias que se estão manifestando por todo o estado do Rio de Janeiro.

Ao nível dos beneficiários finais, os jovens que foram treinados como jovens pesquisadores, além de manter os seus conhecimentos, provaram ser multiplicadores espontâneos, como relatado em algumas comunidades. O projeto começou a apoiar ações não planejadas pelo projeto onde os jovens começaram a organizar outros membros de sua comunidade e passar a informação adquirida durante o treinamento, a sua experiência no curso das pesquisas, e também parte dos resultados preliminares de dados agregados coletados durante a pesquisa. Este não é apenas um indicador de benefícios, além daqueles planejados, mas uma necessidade de compartilhar com suas comunidades, por um lado, e um interesse em aprender sobre os direitos dos habitantes nas mesmas comunidades. O resultado é um efeito de sustentabilidade que se estende, quando necessário.

No entanto, as alterações orçamentárias que não se previa que pudessem ocorrer nessa magnitude quando foi desenvolvido o plano de projeto, faz com que ações como oficinas nas escolas, incluindo a "Semana da Cidadania" são agora uma perspectiva menos positiva. Estas ações dependem de insumos econômicos e não são autossustentáveis (os usuários não têm os recursos para fazê-lo) por isso não há certeza da continuidade no fim do projeto. Entretanto, como mencionado acima, uma melhor formação e conhecimento do sistema federal de assistência social para funcionários, pode na melhor das hipóteses, atrair mais recursos para esta área, e continuar esta atividade que tem sido muito positiva. Menos favorável, pelo menos para neutralizar cortes no orçamento com novas receitas federais. Isso não pode ser estimado, mas ainda é um resultado procurado para ajudar a alcançar a sustentabilidade do projeto. Além disso, a participação do setor privado, através do Serviço Social do Comércio (SESC), foi adiada devido a circunstâncias internas. No passado esta instituição apoiou o Brasil Próximo, e espera-se que uma vez resolvidos os problemas ela poderia ajudar a sustentabilidade de algumas atividades do projeto. Apesar da importância do fator gênero nestas comunidades em temas como violência contra as mulheres, violência doméstica, violações sexuais, disparidade de oportunidades econômicas, etc, a metodologia do projeto, sem uma estratégia direta de gênero sobre o trabalho, não reduz as perspectivas de sustentabilidade do projeto. Por outro lado, o projeto leva em consideração os temas mencionados no desenvolvimento e aplicação das pesquisas assim como aborda este tema (e outros, como o meio ambiente) de direitos humanos durante as oficinas com jovens estudantes.

Por último, uma grande conquista do projeto foi a de unir um pouco mais este grupo de municípios que ainda que compartilhem um nome por sua situação geográfica (é uma região de planícies) carecem de uma união política. Os CRAS e as secretarias de assistência social no possuem vínculos formais ou mecanismos para trabalhar conjuntamente. Assim, o projeto espera que seja continuado, por meio do OSI, um trabalho conjunto para explorar oportunidades em grupo, intercambiar informação de benefício mútuo e de certa maneira unir forças de conhecimentos e de recursos para sinergias e realizar atividades conjuntas no futuro, assim como está acontecendo durante o presente projeto.

## Conclusions

| N°  | Conclusion   |
|-----|--|
| C1  | O projeto é muito pertinente e a situação econômica do país sublinha ainda mais a importância de apoio como o que oferece o projeto. A área em questão se caracteriza por seus problemas sociais, situando-a como um lugar ideal para o desenvolvimento deste projeto.   |
| C2  | A ordem da lógica da intervenção é adequada com as atividades necessárias para alcançar os produtos desejados e, posteriormente, para alcançar as metas em cada um dos três resultados. No entanto, 3.3.y 3.4 indicadores não são mensuráveis ou exclusivamente imputáveis ao projeto.   |
| C3  | Enquanto que a pertinência do projeto se eleva pela grave situação econômica do país, o contexto pelo que o Brasil atravessa pode ter mais efeitos dos que podem prever neste exercício de monitoramento. No presente não existe um plano de contingência que antecipe e proponha meios de mitigação.  |
| C4  | O projeto recebeu um apoio muito positivo por parte das prefeituras e dos beneficiários finais. Isso se traduz numa intervenção com alta participação e boa provisão de recursos por todos os interessados.  |
| C5  | O projeto tem um bom sistema de monitoramento interno, que resultou num acompanhamento adequado por UDG. Isso se reflete na qualidade dos documentos anuais como o relatório e outros de rastreamento.   |
| C6  | Os resultados obtidos até agora estão em conformidade com o cronograma do projeto e são de boa qualidade. Os atrasos existentes são ações intencionais que já foram re-calendarizadas.   |
| C7  | O material das pesquisas tem o potencial de ser uma ferramenta muito positiva com a análise que está sendo efetuada. As instituições municipais estão cientes do valor e utilidade desses dados.   |
| C8  | O projeto inclui medidas para aumentar o nível de sustentabilidade dos benefícios. O entusiasmo positivo dos beneficiários e o bom nível de cooperação irão desempenhar um papel neste nível de sustentabilidade. Os jovens multiplicadores têm o potencial para também desempenhar um papel importante e um bom impacto em linha com o objetivo específico do projeto. Por outro lado, prevê-se que a situação econômica terá um efeito negativo sobre este sustentabilidade. |
| C9  | O projeto tem apenas uma alternativa para o envolvimento do setor público. Esta colaboração é dificultada por assuntos externos para o projeto.  |
| C10 | Os indicadores do projeto não estão desagregados por sexo, nem tampouco conta-se com uma estratégia de gênero na execução das atividades da ação.  |

## Recommendations

| N° | Recommendation   |
|----|--|
| R1 | UdG: Reformular os indicadores 3.3 y 3.4. Eles devem medir os processos de qualidade e adequação dos conhecimentos e informação que são elementares para ser um fator que ajude a elevar o acesso ou reter os ingressos atuais provenientes de fundos federais e estaduais, por um lado (3.3); y por outro (3.4), que permita medir as qualidades dos processos de capacitação necessárias para contribuir para ampliar a cobertura no atendimento do Sistema de Proteção Social básica. |
| R2 | UdG: Devido aos cortes orçamentais recentes em nível estadual e tendo em conta a entrada em vigor da PEC 241/2016, reavaliar ou reconfirmar os compromissos dos municípios com o projeto. Ajustar se necessário, as metas do projeto e revisar as perspectivas de sustentabilidade (por exemplo, das oficinas culturais e artísticas) e as ações que podem ser tomadas para mitigar esses efeitos.   |
| R3 | UdG: Se o projeto prevê que as ações dos jovens pesquisadores multiplicadores são consideradas suficientemente válidas para continuar apoiando-os, o projeto se beneficiaria ao oficializar (apartar recursos) a ajuda proporcionada a eles no seu momento anunciar esta mudança à DUE. Recomenda-se, antes, elaborar um simple exercício de coleta de ações já levadas a cabo por parte dos multiplicadores para ajudar a justificar este gasto extra.                                  |
| R4 | UdG: Confirmar à DUE a continuidade do trabalho do projeto com as novas administrações municipais tendo em conta as mudanças políticas após as eleições do mês de outubro.   |
| R5 | UdG: Se a participação do SESC não for confirmada em breve, o projeto poderia começar a procurar uma alternativa, a partir de agora, para ter o apoio do sector privado no projeto e, assim, injetar alguma sinergia durante o período da execução e, simultaneamente, aumentar o nível de sustentabilidade da ação.   |

## Scoring overview

|                       |   |   |   |   |   |   |  |   |   |   |   |
|-----------------------|---|---|---|---|---|---|--|---|---|---|---|
| <b>Relevance</b>      | 1.1   | 1.2   | 1.3   | 1.4   | 1.5   | 1.6   | 1.7 a)   | 1.7 b)  | 1.7 c)  | 1.7 d)  | 1.7 e)  |
|                       |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <b>Efficiency</b>     | 2.1   | 2.2   | 2.3 a)  | 2.3 b)  | 2.3 c)  | 2.4 a)  | 2.4 b)   | 2.4 c)  | 2.5   | 2.6   |   |
|                       |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |   |
| <b>Effectiveness</b>  | 3.1   | 3.2   | 3.3   | 3.4   |   |   |  |   |   |   |   |
|                       |  |  |  |  |   |   |  |   |   |   |   |
| <b>Sustainability</b> | 4.1   | 4.2   | 4.3   | 4.4   | 4.5   | 4.6   | 4.7  |   |   |   |   |
|                       |  |  |  |  |  |  |  |   |   |   |   |

## Comments from EC services

Date of EC services comments

17/11/2016

## Comments on Synopsis

## Comments on Findings

| Criteria       | Comments from EC services |
|----------------|---------------------------|
| Relevance      | Sem comentários           |
| Efficiency     | Sem comentários           |
| Effectiveness  | Sem comentários           |
| Sustainability | Sem comentários           |

## Comments on Conclusions

| N°  | Comments from EC services |
|-----|---------------------------|
| C1  | Sem comentários           |
| C2  | Sem comentários           |
| C3  | Sem comentários           |
| C4  | Sem comentários           |
| C5  | Sem comentários           |
| C6  | Sem comentários           |
| C7  | Sem comentários           |
| C8  | Sem comentários           |
| C9  | Sem comentários           |
| C10 | Sem comentários           |

## Comments on Recommendations

| N° | Agreed | Comments from EC services |
|----|--------|---------------------------|
| R1 | Yes    |                           |
| R2 | Yes    |                           |
| R3 | Yes    |                           |
| R4 | Yes    |                           |
| R5 | Yes    |                           |

## Quality of the report

Is the report complete, clear and well argued and does it allow operational follow-up?



O relatório é claro e coerente. As conclusões e recomendações são necessárias, reais e factíveis de serem alcançadas.